

Escola das Américas: treinamento militar e ideológico no Canal do Panamá

Henrique Sena Guimarães Lopes

Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Resumo: O presente artigo apresenta a discussão sobre o treinamento militar fornecido pelos Estados Unidos como instrumento para consolidar e/ou capacitar ações relacionadas à Doutrina de Segurança Nacional. Treinamento esse, ofertado na Escola das Américas que se situava no Canal do Panamá, através de manuais com instruções de interrogatório, contra inteligência, manejo de fontes e outros de caráter doutrinário.

Palavras-chave: Escola das Américas; Relações militares EUA-América Latina; Doutrina de Segurança Nacional.

School of Americas: ideological and military training at Panama Canal

Abstract: This article presents a discussion of the military training provided by the United States as a tool to consolidate and / or enable actions related to the National Security Doctrine. Training this, offered in the School of the Americas, which was situated in the Panama Canal, through manual interrogation with instructions from intelligence sources management and other doctrinal character.

Keywords: School of the Americas; military US-Latin America; National Security Doctrine.

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos desenvolveram uma política extremamente intervencionista com todo o globo e principalmente para com a América Latina. Considerando que seria necessária maior aproximação com países “amigos” que possuíam focos que poderiam ser vinculados, seja por influência direta da União Soviética, ou por movimentos subversivos de cunho marxista. A partir desse momento, o mundo se torna bipolarizado. Em função desta divisão, a América Latina passou a sofrer uma grande

interferência estadunidense, seja no meio político, econômico ou social. Se os interesses norte-americanos fossem afetados nesses países, ações encobertas e efetivamente diretas podiam ser executadas. Na política internacional, os Estados Unidos trouxeram para si um papel de responsabilidade pela segurança do sistema capitalista.¹ Tendo o objetivo de preservar os interesses econômicos e geopolíticos dos Estados Unidos, conter o avanço da União Soviética e, também, de outros governos classificados como “totalitários”, o presidente Harry S. Truman (mandato de 1945 a 1953), em 12 de março de 1947, proferiu um discurso ao Congresso que ficou conhecido como “Doutrina Truman” e estabeleceu as novas diretrizes da política externa norte-americana. Essas diretrizes eram pautadas por intervenções financeiras e militares com o objetivo de manter uma unidade de planejamento e ação política externa de acordo com o novo quadro internacional. A ideologia ultrapassou as peculiaridades nacionais e conseguiu manter sua estrutura e coerência dentro de cada Estado que tiveram influência dessa política na América Latina², assim o presidente Truman anunciava a nova doutrina: “os Estados Unidos estão dispostos a conter toda e qualquer manifestação de avanço do comunismo internacional, intervindo militarmente para garantir governos amigos ameaçados”³.

Desta forma, foi nesse contexto em que a criação de várias bases militares dos EUA se intensificou em distintas partes do globo para justificar a defesa da “democracia” contra avanço do comunismo. Porém, antes mesmo do pós-guerra elas já existiam em outras nações, como por exemplo, no Brasil a *Parnamirim Field* (1942) - na época era a maior base da Força Aérea norte-americana em território estrangeiro, localizada em Natal, Rio Grande do Norte.⁴ Mas, as diferenças dessas bases que surgiram no Pós-Guerra, estão imbuídas na sua função. Seu objetivo era ofertar treinamento a soldados norte-americanos, latino-americanos e de diversas nacionalidades sobre ações bélicas em inúmeras situações e principalmente a contenção do avanço do comunismo.

Esta pesquisa tem como objetivo central analisar os manuais de treinamento militar da Escola das Américas e conferir como esses instrumentos foram utilizados em políticas

¹ AYERBE, Luiz Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002, p 69.

² COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978, p 13.

³ SCHILLING, Voltaire. *Estados Unidos x América Latina: as etapas da dominação*. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989, p 41.

⁴ Ver TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

repressivas ligadas a Doutrina de Segurança Nacional utilizada em muitas regiões da América Latina. A motivação deste estudo tem como planejamento a criação de um possível pré-projeto para o mestrado na área de Culturas Políticas. Com isso, levantarei algumas questões que em determinado momento se entrelaçam, e por esse motivo merecem ser analisadas com cautela. Afinal, fazem parte de uma história do tempo presente, por isso, devemos considerar que ainda existem narrativas e memórias em disputa.⁵ Claro que ainda surgirão questões inesgotáveis sobre o assunto e acredito que apenas um artigo não é capaz de sanar todas as dúvidas. Mas, com as fontes que serão analisadas, tentarei apresentar uma correlação entre os manuais utilizados para o ensino militar na Escola das Américas e como estes manuais se mostram presentes na formulação e aplicação da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina. A “Operação Condor” no Cone Sul será citada apenas para melhor contextualização dos fatos, porém, não será apresentada como foco principal do trabalho. Este artigo não propõe uma visão geral da Guerra Fria no continente americano, mas, pretende esclarecer como essa influência da DSN foi formulada e reformulada ao longo dos anos e estava presente até os anos finais de Guerra Fria. Os militares participantes de golpes em países da América Latina não necessariamente receberam treinamento com os manuais que serão analisados neste trabalho, afinal se trata de um período posterior. Mesmo que não tenham tido contato com estes manuais, existem hipóteses que tiveram contato com a teoria que os formulou.⁶

Referente à Doutrina de Segurança Nacional Enrique Serra Padrós esclarece, em um artigo para a Revista Varia História, que ela não foi a única matriz doutrinária das ditaduras civil-militares de Segurança Nacional disseminadas pelo Cone Sul durante as décadas de 1960 a 1980. Mas, de fato foi a que causou maior impacto e, sob certa forma, a que sintetizou a contribuição de outras correntes do pensamento de direita que foram, em parte, absorvidas e retransmitidas por ela na região.⁷ Dentre as várias matrizes que ajudaram a formular essa doutrina, tivemos a influência francesa, teorizada nas guerras de independência da Indochina e da Argélia,⁸ em que o conceito de “guerra psicológica” adquiriu fundamental importância no escopo da política estatal de guerra contrarrevolucionária, diante da necessidade de

⁵ POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Revista Estudos Históricos*, V. 2, Nº 3, p 3-15, 1989.

⁶ Ver QUADRAT, Samantha. "A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)". *Varia Historia* Vol. 28, Nº 47, Belo Horizonte, jan/jun 2012, p. 19-41.

⁷ PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia doutrina e segurança nacional. *Varia Historia*, Vol. 28, Nº 48, Belo Horizonte, jul/dez 2012, p. 495-517.

⁸ DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra*. Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

manipulação intensa da sociedade civil. Utilizando-se ainda da tortura como uma prática necessária para aplicação da chamada Doutrina Francesa.

Existiram também as doutrinas vinculadas à Espanha franquista. José Antonio Primo de Rivera, um dos maiores ideólogos da Falange Española, defendia o distanciamento dos militares da luta político-partidária; mas, caso a sociedade estivesse sob risco de colapso interno, as Forças Armadas teriam que intervir para evitar o questionamento dos fundamentos tradicionais daquela, e, com isso proteger os objetivos nacionais permanentes (premissa importante da posterior DSN).⁹ Outra vertente detectada em setores vinculados a setores da DSN foi o pensamento nazifascista, a difusão dessas ideias foi obra de círculos políticos e militares de direita que haviam tido contato com missões militares da Alemanha e da Itália antes da Segunda Guerra Mundial. A doutrina propriamente dita, sob influência norte-americana é a que vamos nos debruçar neste trabalho. Ela partia de uma justificativa da existência de uma guerra permanente entre o “mundo comunista” e o “mundo livre” defendido pela democracia estadunidense. Em sua tese de doutorado Padrós define uma das principais premissas dessa doutrina:

Uma das principais premissas da Doutrina de Segurança Nacional é a rejeição da ideia da divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política, elemento basilar daquela. Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa o que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das duas demandas. Nesse sentido, qualquer entendimento que aponte à existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitem a dissimulação de interesses de classe por detrás dos setores políticos dirigentes, é identificada como nociva aos interesses da nação, e, portanto deve ser combatida como tal.¹⁰

A doutrinação realizada por esse tipo de política envolveu a criação de órgãos de inteligência/informações, que foram os responsáveis por orientar a doutrina, operar a repressão e as tentativas de golpe, bem como por articular o processo repressivo entre países. Um grande fluxo de informações marcou todo século XX, por isso é necessário diferenciarmos os termos inteligência e informação. Inteligência - entendido como conflito informacional - não é apenas segurança e muito menos só informação, representa a busca e análise de

⁹ PADRÓS, op. cit., p. 495-517.

¹⁰ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): Do Pachecato à ditadura civil militar*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 52.

informações necessárias para conquistar a vitória entre duas vontades antagônicas. Ou seja, a ideia de conflito envolve o desejo do outro de você não saber, o que envolve um conjunto de análises que possa incluir acesso a fontes ostensivas (abertas). Só coletar uma informação útil não a configura como inteligência. Logo, isso acaba por demandar uma diferenciação entre os fluxos informacionais e os fluxos específicos da área de inteligência.¹¹

A Escola das Américas (*School of the Americas*) é um instituto do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, fundado em 1946. Com a denominação inicial de "*Centro de Adestramento Latinoamericano - Divisão da Terra*", sua principal missão era a de fomentar cooperação ou servir como instrumento para preparar os países latino-americanos a cooperar com os Estados Unidos e manter assim um equilíbrio político, tentando conter a influência crescente de organizações populares ou movimentos sociais de esquerda.¹² Porém, esse processo era realizado de maneira dissimulada, a defesa dos interesses estadunidenses não era colocada de forma clara, era a defesa dos valores democráticos que eram colocados como principal objetivo. Situada em Fort Amador, no Panamá, a Escola das Américas fez parte da iniciativa da Doutrina de Segurança Nacional norte-americana. Ela estabeleceu a unificação das Forças Armadas num Estado-Maior conjunto subordinado à Secretaria de Defesa, com sede no edifício chamado Pentágono, esse órgão ficou responsável pela formulação da política militar.

Dali em diante, os interesses estratégicos dos norte-americanos abarcariam os mais remotos cantos do planeta. Por mais modesta que fosse qualquer intenção de adotar uma política de nacionalização de empresas estrangeiras ou ações com o objetivo de realizar reformas sociais, na medida em que mudanças nestes países poderiam produzir perda de contratos econômicos, elas se tornavam atos efetivos de provocação aos interesses nacionais dos Estados Unidos. Com base nestas "ofensas", os serviços de inteligência e as Forças Armadas conseguiram adquirir uma imensa capacidade operativa para realizar ações referentes ao Estado nos assuntos internacionais.¹³ Essa doutrina era muito bem estruturada e ensinada em cursos de várias Escolas Militares, muitas das quais foram fundadas para aprimorá-la, como por exemplo, o *National War College* e o *Industrial College of the Armed Forces*, em Washington. No Brasil a Escola Superior de Guerra foi criada sob sua influência,

¹¹ BRANDÃO, Priscila Carlos. *Serviços secretos e democracia no Cone Sul: premissas para uma convivência legítima, eficiente e profissional*. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 19.

¹² Disponível em: <http://soaw.org/en-america-latina/sobre-la-soawhinsec/38> Acesso em: 02/01/2016.

¹³ AYERBE, op. cit., p. 63-84.

assim como a *Academia Superior de Seguridad Nacional* do Chile, a Escola Nacional de Guerra do Paraguai, a Escola Superior de Guerra da Colômbia, a Escola de Altos Estudos Militares da Bolívia, dentre outras. Os instrutores destas Escolas indicavam textos, esquemas de estudo, manuais e aulas práticas de conteúdo amplamente diversificado, desde instruções para interrogatório, até questões sobre ideologia comunista e guerrilha urbana. Estes materiais que nos permitem conhecer mais a fundo a Doutrina de Segurança Nacional. Dentro desta rede participavam vários setores de países latino-americanos que estavam vinculados às funções de segurança e informação. Havendo treinamento tanto para grupos militares ou paramilitares, ou seja, corpos policiais, e não policiais (milícias) estavam empenhados em defender interesses norte-americanos.

Sobre o Centro de Adestramento Latinoamericano - Divisão da Terra, houve uma mudança em seu nome em 1950 para *United States Army Caribbean School* (Escola Caribenha do Exército dos Estados Unidos) e foi transferida para o Fort Gulick, também no Panamá. Neste mesmo ano, o espanhol seria adotado como língua oficial da academia. A partir de 1959 é possível perceber uma grande mudança na atuação da escola. A Revolução Cubana ocorrida neste ano modificou todo panorama político do continente americano. Nesse momento, qualquer foco guerrilheiro de resistência ou movimentos sociais ligados a esquerda era vistos como grandes inimigos da democracia, podendo transformar outros países em uma “nova Cuba”. O objetivo oficial dessa instituição em 1961 passou a ser o de ensinar a formação de contra-insurgência anticomunista. Em julho de 1963 o centro reorganizou-se com o nome oficial de *United States Army School of the Americas* (USARSA), ou mais popularmente como Escola das Américas.¹⁴

Seguindo alinhado discurso de defesa da democracia, liberdade e combate ao comunismo, com a sua escola os EUA cooperaram com vários governos violentos e regimes ditatoriais. Seus cursos incluíam técnicas de guerra psicológica, intervenção militar, interrogatório, entre outros. Vários oficiais responsáveis por golpes militares em diversos países da América Latina ingressaram nos cursos ofertados por essa instituição. Inclusive militares brasileiros, participaram desses cursos. Refiro-me aos cursos ofertados entre 1954 e ao final dos anos de 1970. Desta forma, os manuais analisados neste trabalho provavelmente

¹⁴ Disponível em: <http://soaw.org/en-america-latina/sobre-la-soawhinsec/38> Acesso em: 02/01/2016.

não foram utilizados, pois fazem parte de um período a posteriori, mas sem dúvida foram formulados durante esses anos.

Segundo a Comissão Nacional da Verdade, entre 1954 e 1996 mais de 300 militares brasileiros passaram uma temporada na Escola das Américas. De acordo com o artigo de Mariana Sanches, publicado no jornal o Globo em dezembro de 2014, os militares brasileiros tiveram aulas práticas e teóricas relacionadas à tortura, que possivelmente foram utilizadas no Brasil. Para os militares do período, essa aprendizagem era fundamental para a segurança nacional, afinal, estavam acostumados as guerras convencionais e não com uma guerra revolucionária, tendo conflitos que envolviam táticas de guerrilha no meio urbano e áreas inóspitas.¹⁵

Com um papel muito importante na formação de militares que participaram ativamente de golpes de Estado em todo continente americano, a instituição possibilitou a troca de informações e o convívio entre militares e civis que compartilhavam de um mesmo ideal contra insurgente facilitando, assim, a cooperação de aparelhos repressivos, ações encobertas e serviços de inteligência. Como por exemplo, na formulação e aplicação da Operação Condor. Esta ação foi caracterizada como uma aliança entre as ditaduras instaladas nos países do Cone Sul — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai — para a realização de atividades coordenadas, de forma clandestina e à margem da lei, com o objetivo de vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição, armada ou não, aos regimes militares da região. Dentre as principais características desta “Operação”, se destacavam: natureza multinacional; ação transfronteiriça dirigida a pessoas exiladas no estrangeiro; estrutura paraestatal de funcionamento; seleção precisa de dissidentes; utilização de grupos extremistas, como “sindicatos do crime” e “esquadrões da morte”; e uso de tecnologia avançada para acesso a um banco de dados comum.¹⁶ O relatório final da Comissão Nacional da Verdade do Brasil nos mostra como esse aporte norte-americano foi executado, principalmente em relação à tecnologia.

O uso de tecnologia avançada para a produção e utilização de um banco de dados, comum a todos os países-membros, foi proporcionado pela CIA. Sem a ajuda dos Estados Unidos, nenhum país da região teria tido condições para organizar e operar sozinho o avançado sistema de comunicações montado para a Operação Condor. O avanço da computação ainda era tímido na região na década de 1970 e a

¹⁵ SANCHES, Mariana. "Tortura foi ensinada em escola dos EUA." *O Globo*. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2014, p. 03. Disponível em: http://aarffsa.com.br/noticiasnovas/noticia_11122014112010.pdf

¹⁶ Brasil. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório*. V. 1. Brasília: CNV, 2014, p. 222.

informatização de dados criptográficos na área de segurança só poderia ser feita com know-how externo, no caso, estadunidense – um telegrama de 1978, enviado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos por seu embaixador no Paraguai, Robert White, localiza a sede do Sistema Condortel na área militar da Zona do Canal do Panamá, então controlado pelos Estados Unidos.¹⁷

Durante o governo de Jimmy Carter, mais especificadamente 1976, uma comissão parlamentar criada pelo Partido Democrata, reconheceu as ditas práticas da “escola” e exigiu seu fechamento. Um ano depois a escola é modificada de local, agora situada em *Fort Benning*, Georgia, mas ela só retomou os famosos treinamentos contra guerrilha no ano de 1984 durante o governo de Ronald Reagan, em que houve um reaquecimento da Guerra Fria. Atualmente a instituição possui o nome de *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation (WHINSEC)*, (Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança). Várias “celebridades” de regimes ditatoriais passaram por treinamentos na conhecida “Escola de Assassinos”, dentre eles temos: General Manuel Noriega, (responsável pela ditadura no Panamá e colaborador da CIA), General Hugo Banzer (responsável pelo golpe na Bolívia em 1971), Roberto D'Aubuisson (acusado de liderar esquadrões da morte em El Salvador), dentre outros de diversas nacionalidades latino-americanas que tiveram importante influência em golpes e durante o período em que governos militares estiveram no poder no Cone Sul e na América Central.¹⁸

Existente até os dias atuais e bastante polêmica, a *WHINSEC* possui vários críticos em relação à sua política. Um dos mais atuantes é o padre Roy Bourgeois, que fundou em 1990 a organização pacifista SOA Watch (Observador da Escola das Américas). No site criado pela organização encontramos documentos que foram liberados pela CIA na década de noventa, contendo importantes informações sobre os cursos, os nomes de alguns alunos graduados e manuais que eram utilizados. Todos manuais estão em espanhol, o que é um fato importante, mostrando como os EUA se interessavam (aspectos políticos e econômicos) pela América Latina a ponto de oficializar outra língua mesmo sendo uma instituição puramente estadunidense. Por estar situada no Panamá e os alunos serem em sua maioria de países de língua espanhola, houve maior dinamismo no aprendizado doutrinário. Nos manuais disponibilizados no site podemos verificar os seguintes títulos: “*Manejo de Fuentes*,

¹⁷ Brasil. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório. V. 1.* Brasília: CNV, 2014, p. 222.

¹⁸ Disponível em: <http://soaw.org/en-america-latina/sobre-la-soawhinsec/38> Acesso em: 02/01/2016.

Contraineligencia, Guerra Revolucionaria y Ideologia Comunista I y II, Terrorismo y Guerrilha Urbana I y II, Interrogación, Inteligencia de combate.” Abaixo, analisarei alguns manuais, seus objetivos e procedimentos – em grande parte incluídos na Doutrina de Segurança Nacional - ensinados aos milhares de militares latino americanos.

O manual que trata sobre *Manejo de Fuentes* possui 161 páginas divididas em 10 capítulos, seu tema central é o controle da informação. Para desempenhar esta função, os militares ou/e o governo necessitam contar com o apoio de civis, seja por espontânea vontade, ameaçados ou por meio de trabalhos executados mediante pagamentos. Este procedimento pode ser definido como uma das principais ações executadas por países que seguiam a Doutrina de Segurança Nacional. O chamado “*empleado*” era responsável por fornecer informações que ajudavam a manter sob a tutela de determinado governo os “insurgentes” e “terroristas”. Este indivíduo “*es aquella persona que proporcione información de valor para la inteligencia a cambio de alguna recompensa, ya sea monetaria o de outra índole*”.¹⁹

Com 145 páginas, dividido entre vinte capítulos e dois anexos, o manual de *Interrogación* se preocupa em afirmar que qualquer tipo de tortura, violência física e psicológica não deve ser praticada durante o interrogatório, pois as informações coletadas não seriam confiáveis. Na parte introdutória do manual é descrito que as informações contidas ali, não iriam contra as limitações estabelecidas pelo direito internacional humanitário, sendo citada a Convenção de Genebra. No capítulo um que trata dos princípios de interrogatório:

El uso de fuerza, tortura mental, amenazas, insultos o exposición a trato desagradable e inhumano de cualquier clase como ayuda al interrogatorio, esta prohibido por la ley. La experiencia indica que el uso de la fuerza no es necesario para obtener la cooperacion de los informantes para el interrogatorio. El uso de la fuerza es una técnica pobre, produce resultados no confiables y puede inducir a el informante a decir lo que piensa que el interrogador quiere oír.²⁰

Como essas informações fazem parte de um documento oficial do governo dos Estados Unidos, nem sempre o que consta pode ser o que realmente foi realizado. O que implica

¹⁹ Manual de Manejo de Fuentes, p. 1. School of the Americas Disponível em <http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soa-manuals/98-soa-manuals-index> Acesso em: 02/01/2016.

²⁰ Manual de Interrogación, p. 4. School of the Americas. Disponível em <http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soa-manuals/98-soa-manuals-index> Acesso em: 08/04/2016.

também no tipo de documento, os manuais de interrogatório *Kubark* da CIA, considerados “secret” em 1963, e que continham técnicas de tortura como choque elétrico, foram divulgadas na década de 1980, mesmo período em que os manuais da Escola das Américas foram feitos. No final dos anos 1980, grande parte das ditaduras da América Latina estava ruindo e a administração de Jimmy Carter tentava dissociar essa imagem repressora do “mundo democrático” norte-americano.²¹ Porém, se analisarmos o manual de *Guerra Revolucionaria y Ideologia Comunista*, podemos perceber que as orientações transmitidas pelo manual tentam caracterizar o insurgente subversivo não como um prisioneiro de guerra, mas sim como um clandestino, e por este motivo não se aplica a Convenção de Genebra, ficando à mercê das leis de segurança interna do país em que foi capturado:

Los insurgentes subversivos clandestinos que buscan derrocar un gobierno establecido no tiene condición legal como combatientes. Ya que estas actividades subversivas son clandestinas por naturaleza, los individuos que operan em este contexto evitan el contacto con las fuerzas policiales e las fuerzas de seguridad policiales. Por los tanto, cualquier insurgente que es aprendido por las fuerzas de seguridad el gobierno no son protegidos más allá de las protecciones básicas del artículo 3 de la Convención de Genebra. Serán sujetos a las leyes de seguridad interna del país que tratan sobre subversión y delincuencia.²²

Um dos manuais utilizados na Escola das Américas trata sobre a contrainteligência, que contém 19 capítulos distribuídos em 300 páginas. De acordo com a professora Priscila Brandão, o conceito de contrainteligência se define por:

Proteção e guarda de informações produzidas pelos organismos de inteligência, a roteção de seus agentes e funcionários, dos parlamentares responsáveis pela fiscalização e controle da atividade, a cobertura das atividades desenvolvidas por seus integrantes e proteção dos meios empregados no seu desenvolvimento, frente obstaculizar a ação da atividade de inteligência do Estado ou que tentam utilizar dessas atividades para o desenvolvimento de ações que fragilizem a segurança do Estado. De uma maneira geral, a responsabilidade da contrainteligência é proteger o Estado de seus segredos das tentativas de outros Estados ou organizações de acessá-los e produzir inteligência sobre as capacidades e intenções dos serviços de inteligência adversários.²³

²¹ MATTOS, Dias Dionysious de. *A infame academia: A história da Escola das Américas sob a doutrina de segurança nacional na América Latina (1959-1989)*. Monografia de Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 67.

²² Manual de Guerra Revolucionaria y Ideologia Comunista, p. 75. School of the Americas. Disponível em <http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soa-manuals/98-soa-manuals-index> Acesso em: 08/04/2016.

²³ BRANDÃO, op. cit., p. 26.

O conteúdo do manual citado acima está relacionado às técnicas de espionagem, falsificação de provas, investigação, vigilância, prestação de serviços públicos para manutenção da ordem institucional, dentre outros. Sua missão primordial é de apoiar os comandantes das forças armadas e outros membros que exercem funções em serviços de segurança e outros departamentos de inteligência, definindo conceitos de ações de contra inteligência, suas funções e instruções de como aplicá-las nestas atividades.

Durante o período que se estendeu toda Guerra Fria, essa instituição de treinamento militar norte americana tentou passar uma mensagem de colaboração mútua entre os países de toda América, com um enfoque ao inimigo hostil, o comunismo. A chamada proteção de importantes dados contra tentativas de outros Estados de produzir inteligência, diz respeito especificadamente à União Soviética. Dentre outras ações desenvolvidas por militares que receberam treinamento nesta “escola”, devemos destacar também as ações encobertas. Elas são realizadas no sentido de influenciar o comportamento político de outro Estado, suas instituições, organizações e sociedade. Essas operações tentam ao máximo favorecer os interesses e valores do país que idealiza e executa essas ações. Grandes fluxos de propaganda, manipulações de aspectos econômicos, políticos, sociais e atos violentos realizados por grupos paramilitares, fazem parte desse conglomerado de ações encobertas. Estes atos variam de acordo com os níveis de violência e a possibilidade da utilização de uma “negação plausível”. Trata-se de um processo que permite um determinado governo negar de maneira convincente, o apoio ou a autoria dessas ações. Se a escala de violência for maior, mais difícil será a aplicação da negação plausível. Registros escritos, ordens e autorizações não fazem parte deste procedimento. A intensa propaganda em meios de comunicação para convencer a sociedade a participar de determinados interesses, é o meio menos violento e abarca uma maior possibilidade de negação plausível. Já o suporte e financiamento de líderes políticos, partidos, grupos paramilitares, forças armadas, financiamento de compras de armas apoio logístico e treinamento militar, o nível de violência aumenta e diminui a possibilidade da utilização dessa negação.²⁴ São poucos os países que possuem a estrutura para o auxílio a estas operações, durante a Guerra Fria os Estados Unidos realizaram esses atos em muitos países na América Latina. Atuaram na retirada de Jacobo Arbenz na Guatemala em 1954, defendendo os interesses da *United Fruit Company*, forneceram treinamento para exilados e

²⁴ Ibidem, p. 27.

refugiados cubanos na fracassada tentativa de retirada de Fidel Castro do governo em 1959, apoio a grupos paramilitares na derrubada de Rafael Trujillo na República Dominicana em 1961, apoio logístico e militar aos militares brasileiros no golpe contra João Goulart em 1964 com a Operação Brother Sam, que não foi executada, pois não houve reação por parte de Goulart. Desde o início do governo de Salvador Allende em 1970, houve uma participação ativa de agentes infiltrados no Chile com o objetivo de desestabilização do governo com ações de propaganda anti-Allende e interferências econômicas, além, é claro, de apoio militar, sendo que uma das figuras mais conhecidas do golpe em 1973, realizou treinamento na Escola das Américas, o Coronel Manuel Contreras, que coordenava a DINA (*Dirección de Inteligencia Nacional*).²⁵ Todas estas ações, entre outras executadas não só nas Américas, mas em todo globo, fizeram parte de uma política externa militarista e de grande interferência na soberania de diversos Estados. A argumentação da defesa da democracia, não era realizada de fato. As ações militares possibilitavam o surgimento de grupos reacionários e ditatoriais, que viam o apoio aos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos como uma alternativa de fácil acesso ao poder.

Após analisar os manuais e as relações dos Estados Unidos com os militares latino-americanos, me questionei como essa logística era realizada. Qual o tipo de investimento e como era realizado todo esse processo? Em seu livro *Escuela das Américas, Entrenamiento militar, violencia política e impunidad em las Américas*, Lesley Gill esclarece como funcionava o financiamento destes alunos. As duas partes interessadas estavam envolvidas, os norte-americanos e o país que fornecia seus alunos. Em 1976 foi criado um mecanismo para subsidiar o treinamento de soldados estrangeiros, o programa de educação e treinamento internacional, conhecido como *International Military Education and Training* – IMET acabou por facilitar o fluxo de soldados a Escola das Américas. Este programa foi implementado pelo Departamento de Estado estadunidense e financiado com fundos destinados a ajuda internacional, através de bolsas de estudos concedidas aos governos interessados. As Forças Armadas destes países escolhiam os cursos oferecidos nas escolas militares e forneciam pagamento para os gastos da viagem e as despesas para se manterem durante o período que realizavam o curso.²⁶

²⁵ COMBLIN, op. cit., p. 180.

²⁶ GILL, Lesley. *Escuela das Américas: Entrenamiento militar, violencia política e impunidad em las Américas*. 1ª Ed. Santiago: Lom, 2005, p. 110.

Considerações finais

Durante séculos, três principais interesses coordenaram a política norte-americana em relação à América Latina. Proteção e segurança dos EUA, necessidade de acomodar suas políticas internas e o desenvolvimento econômico do país. Claro que essas políticas mudaram de acordo com as gerações e as circunstâncias. Todo esse interesse pela América Latina como região estratégica a partir de 1940 e mais intensificada anos mais tarde, se deve pelo fato de que Washington enxergava a região como uma aliada no equilíbrio bipolar do poder. Não significa que a América Latina pudesse ajudar na luta contra o comunismo, mas a perda dessa região para regimes socialistas poderia aparentar como sinal de fraqueza norte-americana.²⁷

Os manuais utilizados na Escola das Américas dizem respeito a meados da década de 1980, ou seja, mesmo diante dos processos de transição à democracia no Cone Sul e a imensa fragilidade demonstrada pela União Soviética, próxima ao seu fim, ainda havia uma grande preocupação com a possível disseminação do comunismo no continente.

Outro importante ponto a se ressaltar, é que embora não tenhamos visto um claro incentivo ao uso da tortura física nos materiais consultados, e até a utilização da Convenção de Genebra, não podemos descartar que várias declarações militares afirmam que a tortura aos prisioneiros era vista como um método necessário em algumas situações, além é claro dos depoimentos de vítimas que sofreram nas mãos de alunos que participaram destes cursos. A intensa colaboração entre militares de todas as Américas acabou por facilitar o planejamento e execução do Plano Condor. O grande fluxo de informações trocadas entre estes países dificultou bastante a atuação de grupos armados que lutavam contra esses regimes e suas fugas para outros países. Com relação ao treinamento de agentes da repressão, embora tenhamos avançado bastante sobre o que conhecemos, sobretudo no que diz respeito aos impactos das doutrinas que estimularam essas ditaduras, ainda se configuram sob pactos de silêncio e inacessibilidade aos seus documentos.

A memória oficial sobre a Escola das Américas foi montada através de documentos diplomáticos e acontecimentos noticiados através da mídia, eles revelam simplesmente a atuação de uma instituição que cooperava com treinamentos a militares de todo globo e principalmente latino-americanos. Mas, é essa memória “subterrânea” que se mantém

²⁷ SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão, uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, SP: Edusc, 2000, p. 417.

abafada por motivos ideológicos. Se essa memória tende a ser enquadrada pelos meios oficiais, cabe ao historiador investigar e interpretar essa disputa entre memória e esquecimento e garantir que esses registros não se percam.

Referências Bibliográficas

AYERBE, Luiz Fernando. *Estados Unidos e America Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002.

BRANDÃO, Priscila Carlos. *Serviços secretos e democracia no Cone Sul: premissas para uma convivência legítima, eficiente e profissional*. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra. Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GILL, Lesley. *Escuela das Américas: Entrenamiento militar, violencia política e impunidad en las Américas*. 1º Ed. Santiago: Lom, 2005.

MATTOS, Dias Dionysious de. *A infame academia: A história da escola das Américas sob a doutrina de segurança nacional na América Latina (1959-1989)*. Monografia de Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. "A ditadura civil-militar uruguaia doutrina e segurança nacional". *Varia Historia*, Vol. 28, Nº 48, Belo Horizonte, jul/dez 2012, p.495-517.

_____. *Como el Uruguay no hay...: Terror de estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): Do Pachecato à ditadura civil militar*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Revista Estudos Históricos*, V.2 Nº 3, p 3-15, 1989.

QUADRAT, Samantha. "A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)". *Varia Historia*, Vol. 28, Nº 47, Belo Horizonte, jan/jun 2012, p. 19-41.

SCHILLING, Voltaire. *Estados Unidos x América Latina: as etapas da dominação*. 3º ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão, uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, SP: Edusc, 2000.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.